

## **REGIMENTO INTERNO**

### **CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DE CORONEL VIVIDA - CONCEEL**

Estabelece as condições gerais para a organização e funcionamento do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica de Coronel Vivida - CONCEEL, e dá outras providências.

**O CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA**, criado pela Força e Luz Coronel Vivida Ltda/Pacto Energia Distribuição Paraná, em 16 de março de 2023, em respeito a Lei nº 8631, de 04/03/1993, regulamentada pelo Decreto nº 774, de 18/03/1993 e a Portaria nº 519, de 1º/06/1993, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, Resolução Normativa nº 963, de 14/12/2021, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, resolve criar seu Regimento Interno, devidamente adequado à legislação vigente e buscando sempre a evolução dos serviços que são prestados pela Concessionária em sua área de concessão.

#### **TÍTULO I**

##### **CAPÍTULO I CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

**Art. 1º** - Para fins e efeitos deste Regimento, são adotados os seguintes termos e respectivas definições:

- I.** Conselho de Consumidores de Energia Elétrica: órgão sem personalidade jurídica, de caráter consultivo, formado por representantes das principais classes de consumo, com a incumbência de contribuir para o aprimoramento dos assuntos relacionados à prestação do serviço público de energia elétrica, notadamente às questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas e adequados serviços prestados ao consumidor final, doravante denominado Conselho;
- II.** Conselheiro Titular: representante efetivo de uma classe de consumo no Conselho;
- III.** Conselheiro Suplente: representante habilitado a substituir, em caso de impedimento, o Conselheiro Titular, nas

## **REGIMENTO INTERNO**

deliberações do Conselho, além de outras atribuições típicas de Conselheiro Suplente;

- IV.** Distribuidora: agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
- V.** Entidade Representativa: instituição responsável por indicar candidato ao cargo de conselheiro que, uma vez empossado, passa a ser o representante da classe de consumo a que pertence.
- VI.** Plano Anual de Atividades e Metas — PAM: documento que prevê as atividades que o Conselho deseja realizar e as metas que visa alcançar, no período de um ano, elaborado de acordo com os modelos disponibilizados pela ANEEL, e em conformidade com as diretrizes definidas nesta Resolução.

### **CAPITULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO**

**Art. 2º** - O Conselho de Consumidores, órgão sem personalidade jurídica, de caráter consultivo, formado por representantes das principais classes de consumo, tem como atribuições orientar, analisar, avaliar, discutir, opinar, manifestar, as questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas e a adequação dos serviços prestados no atendimento ao consumidor final, estando entre suas atribuições:

- I.** Manifestar-se formalmente e/ou especialmente quando solicitado pela ANEEL, a respeito das tarifas, atendimento ao consumidor e da qualidade do fornecimento de energia elétrica da respectiva Concessionária;
- II.** Cooperar com a concessionária e estimulá-la no desenvolvimento e na disseminação de programas educativos destinados à orientação dos consumidores sobre a utilização da energia elétrica, esclarecendo-lhes sobre seus direitos e deveres;
- III.** Acompanhar, quando convidado mediando as soluções de conflitos que envolvam a coletividade de uma ou mais classes de unidades consumidoras;
- IV.** Analisar, debater e propor soluções para assuntos que envolvam a coletividade de uma ou mais classes de unidades consumidoras;
- V.** Cooperar com a Concessionária na formulação de propostas sobre assuntos de competência do Conselho,

## REGIMENTO INTERNO

- encaminhando-as à ANEEL ou ao órgão conveniado por ela indicado;
- VI.** Cooperar com a ANEEL e com os órgãos conveniados por ela indicados, durante as consultas públicas de preparação da fiscalização dos serviços prestados, visando ao cumprimento do Contrato de Concessão e da regulamentação de interesse do setor de energia elétrica;
  - VII.** Solicitar a intervenção da ANEEL ou do órgão conveniado por ela indicado para a solução de impasses surgidos entre o Conselho e a Concessionária;
  - VIII.** Conhecer e acompanhar a evolução da legislação e da regulamentação do setor de energia elétrica;
  - IX.** Cooperar com a Concessionária na divulgação das decisões e dos atos praticados pelo Conselho e assuntos de interesse do consumidor;
  - X.** Enviar à ANEEL, com cópia para a Concessionária, até o último dia útil do mês de outubro o Plano Anual de Atividades e Metas referente ao exercício seguinte, utilizando-se dos modelos de formulários disponibilizados no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br) e em conformidade com o disposto na Resolução Normativa 963/2021;
  - XI.** Especificar no Plano Anual de Atividades e Metas, ações de capacitação dos Conselheiros oferecidos pela Concessionária, com carga horária anual mínima de 12 (doze) horas;
  - XII.** Colaborar com a Concessionária no preenchimento dos formulários definidos pela ANEEL contendo a Prestação de Contas do Plano Anual de Atividades e Metas realizado pelo Conselho que deverá ser enviado juntamente com a PAC da empresa;
  - XIII.** Interagir previamente com os consumidores e com as entidades representativas, visando à indicação de representantes quando da renovação dos mandatos dos Conselheiros;
  - XIV.** Realizar, num prazo de até 90 (noventa) dias antes do início dos mandatos, Audiência Pública abordando, no mínimo, a representatividade das entidades e dos Conselheiros indicados e os aspectos ligados ao fornecimento de energia elétrica, tais como o atendimento ao consumidor, as tarifas aplicadas e a adequação dos

## **REGIMENTO INTERNO**

- serviços prestados pela concessionária, encaminhando a ata à ANEEL;
- XV.** Observar, juntamente com a Concessionária, a correta utilização dos recursos financeiros do Conselho em consonância com o limite e os procedimentos estabelecidos na Resolução Normativa 963/2021;
- XVI.** Divulgar e manter atualizada, em cooperação com a Concessionária, a página eletrônica do Conselho, contendo a identificação dos Conselheiros e das Classes de consumo que representam, o Regimento Interno, sua agenda de trabalho, o Plano Anual de Atividades e Metas, a prestação de contas, o calendário de reuniões, os canais de comunicação e os atos por ele praticados, respeitando as restrições de divulgação de informações previstas no artigo 43 deste Regimento;
- XVII.** Manter atualizados junto à Concessionária os dados cadastrais e de contato dos Conselheiros e das entidades representativas responsáveis pelas indicações e enviar em até 30 (trinta) dias após qualquer alteração;
- XVIII.** Realizar, no mínimo, 6 reuniões ordinárias anuais, podendo ser virtual ou presencial;
- XIX.** Divulgar aos consumidores de sua área de concessão a realização de audiências e consultas públicas promovidas pela ANEEL;
- XX.** Enviar à ANEEL relatório anual, contendo a descrição detalhada das ações realizadas pelo Conselho.

### **TÍTULO II**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

**Art. 3º** - São atribuições da Concessionária para com o Conselho de Consumidores conforme Resolução 451/2011 com as alterações da Resolução 715/2016:

- I.** Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares referentes ao Conselho;
- II.** Fornecer ao Conselho a legislação do setor de energia elétrica, quando solicitada;
- III.** Responsabilizar-se pelas atribuições do Secretário-Executivo do Conselho, previstas nesta Resolução;
- IV.** Cooperar com a divulgação do Conselho;

## REGIMENTO INTERNO

- V. Garantir que todas as suas unidades organizacionais colaborem no sentido de fornecer as informações que possibilitem ao Conselho formalizar propostas sobre assuntos ligados ao serviço de energia elétrica, assim como adotar as medidas cabíveis para solução dos problemas identificados ou apresentar as justificativas pertinentes;
- VI. Promover, anualmente e sem custos para o Conselho, ações de capacitação dos conselheiros, com carga horária anual mínima de 12 (doze) horas, as quais deverão constar do Plano Anual de Atividades e Metas;
- VII. Realizar anualmente reunião entre a Diretoria da distribuidora e o Conselho, a fim de apresentar as providências adotadas em razão das propostas encaminhadas pelo Conselho;
- VIII. Elaborar e enviar à ANEEL, até o último dia do mês de março, relatório anual contemplando as análises e providências adotadas, conforme citadas no inciso VII;
- IX. Manter à disposição da ANEEL ou órgão com ela conveniado os documentos pertinentes às atividades do Conselho e à aplicação de recursos para o custeio, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;
- X. Garantir o pagamento dos gastos com o funcionamento do Conselho, conforme previsto na Resolução Normativa nº 963/2021;
- XI. Assegurar a correta utilização dos recursos financeiros em consonância com o limite e os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 963/2021 e no Regimento Interno;
- XII. Apresentar ao Conselho, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, extrato mensal contendo valores utilizados e disponíveis na conta específica do Conselho;
- XIII. Manter atualizados junto à ANEEL, tendo como corresponsável o Conselho, os dados cadastrais e de contato dos Conselheiros, das entidades representativas responsáveis pelas indicações e do secretário-executivo e seu suplente;
- XIV. Hospedar, quando solicitada, e divulgar a página eletrônica do colegiado;
- XV. Apresentar ao Conselho, até o último dia útil do mês de março de cada ano, o Plano de Desenvolvimento da

## **REGIMENTO INTERNO**

- Distribuição – PDD que será encaminhado à ANEEL, conforme módulo 2 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST;
- XVI.** Apresentar ao Conselho, previamente ao envio à ANEEL, as propostas de revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e dos limites anuais dos indicadores de continuidade, conforme previsto no módulo 8 do PRODIST;
- XVII.** Apresentar ao Conselho o portfólio de projetos de P&D a serem implementados na área de concessão, antes da sua implementação, permitindo a manifestação formal do colegiado;
- XVIII.** Apresentar ao Conselho o plano de investimento tecnológico desenvolvido, com vistas a mitigar custos operacionais e proteger os dados dos consumidores;
- XIX.** Criar e disponibilizar ao Conselho de Consumidores boletim informativo mensal que contenha dados relativos a atendimento, eficiência energética, planejamento de obras de expansão, melhorias na área de concessão, e outros temas que julgar necessários.

### **TÍTULO III DA SEDE**

**Art. 4º** - O Conselho de Consumidores terá sua sede disponibilizada pela Concessionária, constituindo endereço próprio situado à Rua Iguaçu, nº 798, Bairro Stédile I, na cidade de Coronel vivida, Estado do Paraná. A estrutura pode ser objeto de compartilhamento com a Concessionária, devendo esta garantir o livre acesso e privacidade quando da utilização do espaço pelo Conselho que será agendado com antecedência.

### **TÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º** - O Conselho de Consumidores será o único na área de concessão da Força e Luz Coronel Vivida Ltda/Pacto Energia Distribuição Paraná, terá caráter consultivo e sem fins lucrativos.

## **REGIMENTO INTERNO**

**Art. 6º** - O Conselho de Consumidores é composto por 10 (dez) membros, sendo 5 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes representados pelas seguintes classes: Classe de Consumidores Comercial; Classe de Consumidores Industrial; Classe de Consumidores Residencial; Classe de Consumidores Rural e Poder Público.

**§ 1º** - Os mandatos têm início no dia 1º (primeiro) de maio e término no dia 30 (trinta) de abril de cada ano.

**§ 2º** - Os membros titular e suplente da Classe Poder Público podem ser indicados por qualquer órgão do Poder Público, seja federal, estadual ou municipal, não existindo obrigatoriedade de pertencerem ao mesmo órgão público.

**§3º** - Os representantes do PROCON e/ou Ministério Público e/ou Defensoria Pública podem compor o conselho como convidados ou conselheiros.

**Art. 7º** - O exercício da função de membro do Conselho de Consumidores é de caráter voluntário e não remunerado.

**Art. 8º** - O Conselho de Consumidores terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos entre os seus membros, no início de cada mandato.

**Art. 9º** - O Conselho de Consumidores, sempre que os assuntos a serem discutidos ou as atividades a serem desenvolvidas exigirem, poderá convidar funcionários da Concessionária

### **TÍTULO V**

#### **DA INDICAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES**

**Art. 10-** Os membros titulares e suplentes do Conselho de Consumidores deverão ser indicados por entidades representativas de cada uma das classes nele representada, ao final de cada mandato ou para substituição do Conselheiro.

**§ 1.º-** As entidades indicarão os mesmos representantes/conselheiros quantas vezes assim o entender, não havendo necessidade de alternância sequer de titular e suplentes, desde que estes não estejam impedidos conforme prevê a RN 963/2021.

- I. Os conselheiros submetidos ao procedimento administrativo, independentemente das sanções penais e civis previstas na legislação específica, quando ocasionar

## **REGIMENTO INTERNO**

perda de mandato, não poderão ser indicados novamente pelo prazo de 01 mandato.

- II. Os conselheiros titular e suplente da mesma classe com 03 (três) ausências consecutivas injustificadas, não poderão ser indicados novamente pelo prazo de 01 (um) mandato e deverá comunicar a entidade para que indique 02 (dois) novos conselheiros observando o contido no artigo 10 deste Regimento.
- III. O Conselheiro não poderá exercer mais de 2 (dois) mandatos consecutivos em um mesmo Conselho.

**§ 2.º-** Em caso da não indicação de representante (titular e suplente) de quaisquer das classes representativas e/ou demonstrado o desinteresse na participação, e/ou havendo impedimento do responsável, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega do ofício, enviado por protocolo, correio via AR ou através de e-mail com a devida confirmação do recebimento, o Conselho indicará novo membro e comunicará o ato.

**§ 3.º-** Realizado o procedimento estabelecido no parágrafo anterior, caso o Conselho não ratifique a indicação de Conselheiro em até 30 (trinta) dias a contar do início do mandato, cabe à Concessionária proceder à indicação conforme artigo 10 e 11 e comunicar o fato à ANEEL.

### **TÍTULO VI**

#### **DAS RESTRIÇÕES**

Art. 11 - É vedada a participação no Conselho de Consumidores:

- I. A participação como Conselheiro, de pessoa que mantenha qualquer vínculo trabalhista ou profissional com a distribuidora ou sua controladora, inclusive participante em conselho de administração, seus respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- II. Pessoa física ou jurídica que mantenha relações comerciais com a mesma, excetuada a relação decorrente do fornecimento de energia elétrica e a



## REGIMENTO INTERNO

- relação desta com o consumidor na compra e venda de energia elétrica;
- III. A representação, simultânea, de um mesmo Conselheiro, em mais de uma classe ou em mais de um Conselho de energia elétrica;
  - IV. A participação como Conselheiro, enquanto candidato ou ocupante de cargo público eletivo.

### TÍTULO VII DO MANDATO

**Art. 12** - O mandato dos membros do Conselho será de 04 (quatro) anos, observando o previsto no artigo 10.

**Art. 13** - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de 04 (quatro) anos.

- I. O Presidente e vice-presidente devem ser escolhidos e votados pelos Conselheiros titulares e em caso de impedimento, por seus suplentes (1 voto por classe);
- II. O Presidente e o Vice-Presidente serão reconduzidos ao cargo por quantas vezes o colegiado deliberar dentro do mandato;
- III. Em caso de vacância ou renúncia formal do Presidente ou do Vice, será promovida nova eleição no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias através de reunião extraordinária;
- IV. Em caso previsto de vacância e renúncia simultânea do Presidente e Vice realizar-se-á eleição em reunião extraordinária no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Art. 14** - Os membros do Conselho, titulares ou suplentes, que venham a se candidatar a cargo público eletivo, no ato do registro de suas candidaturas, deverá comunicar o fato ao CONCEEL de forma expressa, estando automaticamente destituídos a partir de tal registro, sendo substituídos pelo suplente ou por nova indicação da entidade representativa, observando o contido no artigo 10 e 11, bem como o art. 24, inciso II, §3º da Resolução nº 963/2021 da ANEEL.

## **REGIMENTO INTERNO**

### **TITULO VIII DA DESTITUIÇÃO**

**Art. 15** – A entidade que indicou o conselheiro, poderá a qualquer tempo requerer a destituição do conselheiro por ela indicado, mediante manifestação expressa e fundamentada direcionado ao conselho, que fará a apreciação e votação do colegiado, para decidir se destitui ou não o conselheiro.

**Art. 16** - O membro poderá ser destituído:

- I. Por decisão do Conselho, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório, mediante processo administrativo pelo CONCEEL;
- II. Por renúncia formal do Conselheiro;
- III. Por ausências contínuas ou injustificadas, conforme inciso II do artigo 10 deste Regimento.
- IV. Falta de decoro;
- V. Por impedimento legal;
- VI. Candidatura a cargo eletivo;
- VII. Por qualquer ato condenável frente à Concessionária, como ligação clandestina, atos ilícitos praticados contra as instalações da Concessionária e/ou furto de energia elétrica.

**Art. 17** - O Secretário Executivo somente será destituído ou substituído por determinação da empresa Concessionária.

**Art. 18** - No caso de vacância ou renúncia formal do Secretário Executivo, a Secretária suplente passa à condição de titular, e a Concessionária determinará a forma de substituição

### **TÍTULO IX DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS**

**Art. 19** - Compete ao Presidente:

- I. Dirigir, planejar e coordenar os trabalhos e as reuniões do Conselho;

## REGIMENTO INTERNO

- II. Formalizar com antecedência de 02 (dois) dias a pauta das reuniões;
- III. Representar o Conselho sempre que necessário, ou indicar outro conselheiro que o faça, de acordo com as diretrizes deste Regimento Interno;
- IV. Fomentar a participação do conselho no processo decisório da ANEEL;
- V. Convocar reuniões extraordinárias e os membros do Conselho para as reuniões;
- VI. Encaminhar à Concessionária por intermédio do Secretário Executivo, as solicitações, sugestões e reclamações que receber dos consumidores ou dos Conselheiros;
- VII. Receber informações da empresa Concessionária advindas da atuação do Conselho;
- VIII. Propor ao Conselho alterações no Regimento Interno.

**Parágrafo único** - Compete ao Vice-Presidente do Conselho substituir o Presidente nos seus impedimentos legais e formais, além das atribuições inerentes a condição de Conselheiro.

**Art. 20** - Compete ao Secretário Executivo, responder pelos encargos da secretária do Conselho, tais como:

- I. Encaminhar aos Conselheiros a convocação para as reuniões, com suas respectivas pautas, as cópias de documentos relativos aos assuntos a serem debatidos, além das correspondências contendo reclamações e sugestões;
- II. Organizar, secretariar as reuniões e redigir suas atas;
- III. Manter livro apropriado para registro das atas das reuniões;
- IV. Manter arquivo organizado de toda documentação relativa às atividades do Conselho;
- V. Assessorar o Presidente nas reuniões do Conselho;

## **REGIMENTO INTERNO**

- VI.** Divulgar aos membros do Conselho as decisões da empresa Concessionária, advindas da atuação do próprio Conselho;
- VII.** Atuar como elo de comunicação entre o Conselho e a Concessionária;
- VIII.** Encaminhar à ANEEL, em até 60 (sessenta) dias após qualquer alteração, seus dados cadastrais e de contato, assim como os dados cadastrais e de contato dos conselheiros e das entidades representativas responsáveis pelas indicações.
- IX.** Enviar à distribuidora, em até 30 (trinta) dias após qualquer alteração dos dados cadastrais e de contato dos conselheiros e das entidades representativas responsáveis pelas indicações;
- X.** Receber, expedir e preparar as respostas das correspondências de interesse do Conselho.

**Art. 21 - São atribuições do Conselheiro titular:**

- I.** Participar das reuniões, atendendo à convocação do Presidente;
- II.** Analisar e debater os assuntos colocados em discussão, formulando seu parecer e/ou suas sugestões e votando;
- III.** Encaminhar ao Presidente do Conselho as solicitações, sugestões e reclamações que receber dos consumidores, bem como as correspondências pertinentes ao Conselho e a ele endereçadas;
- IV.** Levar à sua base de representação, o andamento das providências e soluções dos temas que foram submetidos à apreciação do Conselho;
- V.** Expor os assuntos que julgar pertinentes;
- VI.** Trazer ao Conselho recomendações, notícias a ele vinculadas, além de prestigiar e elevar o conceito do Conselho e de seus Conselheiros;
- VII.** Propor alterações ao regimento Interno;

## REGIMENTO INTERNO

**VIII.** Pesquisar e estudar os temas do setor elétrico e ter conhecimento sobre as condições gerais do fornecimento de energia elétrica.

**Art. 22** - O Conselheiro suplente deverá substituir o membro efetivo em seus impedimentos temporários e completar o seu mandato, em casos de vacância ou de renúncia ou quaisquer outras razões impeditivas permanentes.

### TÍTULO X

#### DAS REUNIÕES E DO CALENDÁRIO

**Art. 23** - As reuniões ordinárias deverão obedecer a um Calendário Anual, aprovado pelos representantes do Conselho.

**Art. 24** - O Conselho se reunirá, ordinariamente em, no mínimo 06 (seis) reuniões, previstas no Calendário Anual, por solicitação do presidente e extraordinariamente, por solicitação da maioria absoluta do Conselho, da Concessionária ou do Presidente.

**Art. 25** - Art. 25 - As reuniões deverão ocorrer, preferencialmente, em horário comercial.

- I.** O tempo de tolerância para início da reunião será 10 (dez) minutos, devendo ser previsto antecipadamente o horário de início e término;
- II.** A convocação para reunião extraordinária deverá ser feita com antecedência de, no mínimo 5 (cinco) dias, devendo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após, serem apresentados à Secretária do Conselho os assuntos que constituirão a pauta da reunião e serem encaminhados aos Conselheiros;
- III.** A Concessionária poderá trazer à pauta da reunião assunto de seu interesse;
- IV.** Em caráter excepcional, em caso de urgência, não havendo tempo hábil para convocar reunião extraordinária e não puder aguardar a realização dessa o Presidente, juntamente com o Vice-Presidente, decidirão quanto ao objeto do assunto.

## REGIMENTO INTERNO

As reuniões deverão ocorrer, preferencialmente, em horário comercial.

**V.** Independentemente da convocação prevista no inciso II deste artigo, será considerada regular a reunião extraordinária a que comparecerem a maioria absoluta dos Conselheiros.

**VI.** Os consumidores interessados em participar das reuniões deverão entrar em contato com a secretária do Conselho, através de ligações ou e-mail solicitando autorização para sua participação.

§ 1º - Após a tomada de decisão, o Presidente do CONCEEL convocará a reunião extraordinária conforme previsto no inciso II deste artigo, a fim de levar ao conhecimento dos demais membros do CONCEEL o fato e a decisão tomada.

§ 2º - Na ausência do Presidente, o Vice-presidente juntamente com mais um Conselheiro Titular decidirá quanto ao objeto do assunto. A decisão será informada ao Presidente do CONCEEL, para que o mesmo convoque reunião extraordinária conforme previsto no inciso II deste artigo, a fim de levar ao conhecimento dos demais membros do CONCEEL o fato e a decisão.

§ 3º - Fica vedada a participação na decisão do conselheiro solicitante.

### TÍTULO XI

#### DO QUÓRUM, REGRAS DE VOTAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**Art. 26** - As reuniões do Conselho somente poderão ser instaladas com o quórum mínimo de 3 (três) Conselheiros Titulares, ou na ausência destes, seus respectivos suplentes, desde que não haja matéria a ser votada de interesse das classes ausentes.

**Parágrafo único** - Na ausência de quórum, será registrado em ata e redesignada nova data para ocorrer à próxima reunião ordinária ou extraordinária.

**Art. 27** - Todos os Conselheiros Titulares terão direito de voz e de voto e o conselheiro suplente à voz.

## **REGIMENTO INTERNO**

**Parágrafo único** - Na ausência do Conselheiro Titular, estando presente o seu Suplente, este terá direito de voz e de voto.

**Art. 28** - Todas decisões do Conselho devem ser de forma colegiada com no mínimo 3 (três) votos favoráveis, sendo vedado o voto de qualidade.

**Art. 29** - As reuniões terão caráter informativo, orientativo e consultivo, podendo inclusive ser ministradas palestras.

**Art. 30** - Será dada a palavra a todos os Conselheiros para as devidas considerações a respeito do assunto da pauta e outros assuntos pertinentes e de relevância aos interesses do CONCEEL e da Concessionária.

**Art. 31** - Os Conselheiros deverão ser informados sobre o encaminhamento de decisões às questões abordadas junto a Concessionária, devendo o representante desta, prestar esclarecimentos necessários quando houver alguma questão não solucionada

**Art. 32** - A cada reunião, obrigatoriamente, será lavrada no livro de registro de atas a presença dos Conselheiros, os assuntos abordados, bem como de eventuais participantes com as respectivas assinaturas.

## **TÍTULO XII**

### **DAS ATIVIDADES DOS RECURSOS E DESPESAS DO CONSELHO**

**Art. 33** - As atividades do Conselho de Consumidores devem se desenvolver estritamente de acordo com o seu Regimento Interno, observando os procedimentos da Concessionária, no que couber, e as atribuições definidas na Resolução 963/2021, consubstanciada no Plano Anual de Atividades e Metas - PAM, que conterà no mínimo:

- I.** Especificação das atividades e metas a serem alcançadas, com seus planos de ação, objetivos a serem atingidos, produtos a serem obtidos, cronogramas, orçamentos e desembolsos previstos;
- II.** Valor e forma de liberação dos recursos financeiros necessários à execução das atividades constantes no Plano Anual de Atividades e Metas (PAM).
- III.** Para as atividades a serem realizadas fora da área de concessão, o Conselho deve observar o limite do Recurso

## REGIMENTO INTERNO

Financeiro indicado no Anexo I da Resolução 963/2021, ou seja, para o conselho da Força e Luz Coronel Vivida Ltda/Pacto Energia Distribuição Paraná o percentual é de 40%, nos termos do art. 40, §2º, inciso I da Resolução nº 963/2021 da ANEEL;

- IV.** Não considerar no percentual citado no parágrafo anterior os casos previstos no art. 40, §3º, incisos I, II, III, IV e V da Resolução nº 963/2021 da ANEEL.

**Art. 34** - A Concessionária disponibilizará os recursos financeiros para o custeio das despesas do Conselho e deverá ser disponibilizado nas datas e valores estabelecidos no Plano Anual de Atividades e Metas – PAM, via depósito na conta bancária específica do Conselho para atender exclusivamente aos gastos necessários para o desenvolvimento das atividades e valor referendado conforme Anexo I, da Resolução 963/2021.

**Art. 35** - São despesas a serem consideradas, através de procedimentos previamente acordados entre Conselho e Concessionária no Plano Anual de Atividades e Metas – PAM.

- I.** Locomoção e estada dos Conselheiros para participarem das reuniões e eventos em outras localidades;
- II.** Seguro viagem aos Conselheiros para participarem de eventos em outras localidades;
- III.** Despesas com inscrições, passagens aéreas e terrestres, estada e alimentação para o secretário-executivo, em atividades a serviço do Conselho, mediante aprovação deste, nos mesmos parâmetros estabelecidos para os Conselheiros;
- IV.** . Treinamento e capacitação;
- V.** Aquisição de livros e periódicos concernentes às atividades fins do Conselho de Consumidores;
- VI.** Elaboração de estudos técnicos;
- VII.** Participação em audiências públicas;
- VIII.** Metas e Atividades a serem desenvolvidas pelo Conselho:



## REGIMENTO INTERNO

- 1) Reuniões do Conselho
  - a) Deslocamento dos conselheiros;
  - b) Hospedagem dos conselheiros; e
  - c) Alimentação dos conselheiros.
  
- 2) Participação em atividades técnicas fora da área de concessão
  - a) Inscrição dos conselheiros em eventos;
  - b) Passagem aérea/terrestre dos conselheiros;
  - c) Hospedagem dos conselheiros; e
  - d) Alimentação dos conselheiros.
  
- 3) Promoção de eventos na área de concessão
  - a) Eventos técnicos/seminários;
  - b) Audiência pública representatividade das entidades;
  - c) Reuniões com a comunidade local;
  - d) Deslocamento dos conselheiros;
  - e) Visitas para conhecer projetos/trabalhos na área de concessão;
  - f) Integração com outros conselhos; e
  - g) Outros.
  
- 4) Serviços administrativos
  - a) Auxiliar administrativo.
  
- 5) Treinamentos e consultorias
  - a) Treinamento para os conselheiros; e
  - b) Contratação de consultorias.
  
- 6) Material de informação e consulta
  - a) Assinatura de periódicos técnicos; e
  - b) Publicações técnicas/comerciais, livros do setor elétrico.

## REGIMENTO INTERNO

### 7) Divulgação do Conselho

- a) Rádio;
- b) Jornal;
- c) Cartilha;
- d) Folder;
- e) Página do Conselho na Internet; e
- f) Outros.

§ 1º - A Concessionária determinará procedimentos específicos por meio dos quais todas as despesas deverão ser comprovadas e as contas prestadas em planilha de custos ao final de cada exercício.

§ 2º - O número de participantes em eventos técnicos, seminários, audiências públicas, reuniões e atividades fora da respectiva área da concessão inclusive participação nas reuniões do Operador Nacional do Sistema (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) caso tenha representação deste Conselho e eventos promovidos por conselhos de outras Distribuidoras de energia elétrica, com despesas de inscrições, passagens aéreas e terrestres, hospedagem e alimentação, será definido previamente em reunião do Conselho de Consumidores, respeitando a alternância de participação.

§ 3º - O conselheiro participante dos eventos deverá quando do retorno da participação, elaborar relatório de viagem, multiplicando e apresentando em reunião aos demais conselheiros as informações e aprendizado, devendo ainda disponibilizar o material digital, livros e apostilas fornecidas para o acervo do Conselho dos Consumidores.

§ 4º - O Conselheiro deverá apresentar notas fiscais, recibos, cupons, todos documentos que comprovem suas despesas na prestação de contas após o retorno da viagem;

§ 5º - As diárias para despesas de viagem, hospedagem e alimentação dos Conselheiros deverão seguir os montantes e prazos descritos na Resolução Normativas 963/2021. Caso, não haja divergência, poderão ser adotadas as regras da Força e Luz Coronel Vivida Ltda/Pacto Energia Distribuição Paraná.

**Art. 36** - A Prestação de Contas do Plano Anual de Atividades e Metas realizado pelo Conselho deverá ser enviado à ANEEL pela Concessionária,

## **REGIMENTO INTERNO**

seguindo os formulários definidos pela ANEEL, juntamente com a Prestação Anual de Contas – PAC da Concessionária até 30 de abril do ano seguinte, tendo o Conselho como corresponsável.

### **TÍTULO XIII**

#### **DA DIVULGAÇÃO DO CONSELHO**

**Art. 37** - A divulgação do Conselho deverá visar à conscientização dos consumidores finais, bem como a divulgação da existência e atuação.

### **TÍTULO XIV**

#### **DA DURAÇÃO**

**Art. 38** - O Conselho de Consumidores terá mandato com duração de 4 anos, renovável por igual período, a critério das Entidades representativas das Classes, sendo que o mandato que iniciou-se no ano de 2023, terá duração reduzida, finalizando em janeiro de 2026, para fins de adequação, vez que o conselho foi constituído tardiamente.

**Art. 39** - Cabe ao Secretário Executivo emitir certidões dos assentamentos constantes do livro de atas de reuniões, devendo apresentar ao Presidente para a devida assinatura.

### **TÍTULO XV**

#### **DA COMUNICAÇÃO COM A CONCESSIONÁRIA**

**Art. 40** - As consultas Concessionário de energia a serem efetuadas em nome do conselho deverão ser decididas no âmbito das reuniões registradas em Atas e encaminhadas através de ofício expedido pelo Presidente.

**Art. 41** - Em caso de divergência quanto às consultas, as decisões sobre seu encaminhamento deverão ser tomadas através de votação por maioria absoluta dos Conselheiros, ou seja, no mínimo 3 (três) votos favoráveis.

**Art. 42** - Havendo impasse quanto ao encaminhamento ou clareza de alguma questão ou, caso a Concessionária venha a suscitar dúvida em relação à adequação de alguma deliberação emanada pelo poder Concedente, caberá ao Conselho submeter tal situação à apreciação da ANEEL, para emissão de parecer.

## **REGIMENTO INTERNO**

### **TÍTULO XVI DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO**

**Art. 43** - Este Regimento poderá ser alterado, parcial ou totalmente, desde que deliberado por maioria absoluta de seus Membros, e em Reunião Extraordinária convocada exclusivamente para esse fim, respeitando a legislação vigente.

### **TÍTULO XVII DA APROVAÇÃO**

**Art. 44** - O presente Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho de Consumidores em reunião ordinária de 25 de Agosto de 2023, conforme Resolução Normativa 963 de 14 de dezembro de 2021.

### **TÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 45** - Quando solicitado pelo Conselho, a Concessionária deverá permitir acesso as suas instalações ou informações necessárias para execução de suas atividades, ressalvado o direito de sigilo, devidamente fundamentado.

**§ 1º** - A ANEEL e o órgão conveniado por ela indicado devem assegurar o acesso e o repasse ao Conselho das informações necessárias à execução de suas atividades.

**§ 2º** - É vedado ao Conselho a divulgação a terceiros, sem a prévia e formal concordância dos agentes envolvidos, das informações consideradas de caráter reservado ou confidencial, considerando-se a ética e boa-fé no desenvolvimento das atividades, sem prejuízo das infrações e cominações legais.

Coronel Vivida/PR., 25 de agosto de 2023.